

# Dinâmica territorial de Carmo do Rio Verde-Goiás no contexto da rede urbana

*Evelline Michelle Vieira Costa*

da Universidade Federal de Goiás - Goiânia – GO – Brasil

evelline.michelle@hotmail.com

---

**Resumo:** Refletindo acerca da grande diversidade de cidades existentes no Brasil, nota-se que o fenômeno urbano não é único. Nesse sentido, o enfoque do presente trabalho volta-se para as áreas urbanas não-metropolitanas, que compõem a maioria das cidades do Brasil, dialogando com estudos sobre as cidades pequenas e interpretando Carmo do Rio Verde no contexto da rede urbana do centro goiano. O principal objetivo do trabalho foi analisar o processo de produção do espaço do município de Carmo do Rio Verde e compreender a sua participação na rede urbana, demonstrando quais são as implicações socioespaciais dessa relação. Para tanto, através da análise dos aspectos demográficos, econômicos e sociais, a pesquisa procurou delinear os aspectos urbanos desse município demonstrando sua dinâmica espacial e suas principais atividades econômicas, por meio de indicadores socioeconômicos associados e articulados com a dinâmica urbana. Com isso, a análise do processo de produção e organização desse espaço proporcionou a explicação da realidade dessa cidade local, atestando sua importância no sistema da rede urbana, apontando que, apesar de ser uma cidade de pequeno porte e apresentar funções urbanas restritas, deve ser levada em consideração por toda sua dinâmica histórica e espacial, destacando suas relações sociais de produção.

**Palavras-chave:** Carmo do Rio Verde. Rede Urbana. Cidade Local. Pequena Cidade.

---

## Introdução

A aceleração do processo de urbanização e industrialização ocorrido no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX, juntamente com o advento de um mundo mais globalizado ocasionou grandes transformações demográficas, sociais e econômicas nas cidades, redefinindo seus papéis como centros urbanos. Com isso, não existem cidades idênticas no mundo, cada uma possui um papel específico e articulado com outras cidades e/ou regiões, e todo esse processo delineado pelo modo de produção capitalista não gerou transformações apenas nas grandes e médias cidades, mas também nos espaços não metropolitanos.

As cidades pequenas caracterizam-se por serem de pequeno porte demográfico e, também, territorial, cumprindo funções restritas e de alcance reduzido, mas que devem ser levadas em consideração por estarem presentes na formação da rede urbana e por cumprirem funções específicas. A situação desses pequenos centros no conjunto de cidades foi observada considerando as mudanças advindas do período técnico-científico-informacional, a refuncionalização a partir de uma mudança nas relações campo-cidade assim como na divisão territorial do trabalho.

Nesse contexto, tendo em vista as particularidades de cada cidade e de uma análise mais aproximada das cidades locais e de seus papéis desempenhados na rede urbana, a presente pesquisa

teve como foco a dinâmica socioespacial de Carmo do Rio Verde, um município goiano que se localiza a 168 km da capital Goiânia, pertencente a microrregião geográfica de Ceres e a mesorregião do Centro Goiano.

Para a realização da pesquisa primeiramente foi feito um estudo teórico sobre os temas: Rede Urbana, Pequenas Cidades e Cidades Locais. Após este estudo, foi efetuada uma pesquisa documental para obtenção de dados históricos, sociais e econômicos do município de Carmo do Rio Verde através de consultas em secretarias, órgãos e sites oficiais (IBGE, SEPLAN, SEPIN, CANASAT). Posteriormente, por meio de um roteiro de pesquisa, foi realizado um trabalho de campo no município no intuito de coletar dados sobre as principais atividades econômicas de Carmo do Rio Verde, além de observar a organização morfológica e a dinâmica urbana da cidade. Por fim, foi possível fazer o tratamento, interpretação e redação dos dados obtidos nas etapas anteriores.

O artigo está dividido em três partes: inicialmente é apresentada uma discussão geográfica e conceitual sobre pequenas cidades, e posteriormente definições teóricas de rede urbana, dando destaque para as cidades locais. Essa parte inicial tem o intuito de mostrar a pequena cidade e sua presença na rede urbana por meio de conceitos e ideias de autores e pesquisadores sobre a temática. Em um segundo momento foi apresentado algumas considerações sobre o processo histórico e de formação de Carmo do Rio Verde. Na última parte foi abordada a inserção de Carmo do Rio Verde na rede urbana, dando ênfase à análise entre das relações campo-cidade e a presença da produção sucroalcooleira no município, abordando e o seu papel na rede urbana regional.

O intuito do trabalho foi mostrar algumas considerações sobre o papel da cidade de Carmo do Rio Verde na rede urbana, a fim de contribuir para o debate sobre as participações das cidades pequenas no desenvolvimento da rede urbana nacional.

### **Cidades locais e rede urbana**

A explicação dos sentidos da cidade na atualidade ainda traz muitas dúvidas, sendo um grande desafio para diferentes estudiosos do assunto. Esse espaço é perceptível aos olhos, porém há uma dificuldade enorme de se identificar as razões pelas quais elas existem e o que as definem. Segundo Santos (1994, p.34), não é ensinado mais como são criadas as cidades, apenas fazemos críticas sobre elas, com um distanciamento entre geografia urbana e urbanismo, abrindo mão da história das cidades em busca de uma maior compreensão na análise do espaço. Deixando, dessa forma, de levar em conta o primordial: a discussão entre a forma e o tempo.

Para se compreender a lógica dos espaços contemporâneos, no qual a sociedade está incluída, é necessário levar em conta todo o processo de desenvolvimento do meio técnico-científico e informacional, como assinala Santos (1994, p.60), pois trata-se de um processo que envolve a transformação dos espaços através da ascensão do capital, alcançando interferências sociais e ambientais. E é nesse contexto que a expansão do modo capitalista de produção transformou a cidade e sua relação com o campo. Sendo assim, é na cidade, como centralidade, onde estão instalados áreas de atividades modernas de produção e de circulação, objeto de constantes transformações.

Desde a passagem do feudalismo para o capitalismo, onde há excedente no que é produzido pelo trabalho na terra, a cidade passa a ser reconhecida como um espaço de trabalho livre, lugar de atividades “não-agrícolas”, onde há um grande fluxo de trocas, com um grande desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas (SANTOS,1996, p.61). Ela toma a centralidade política, militar, econômica e cultural e passa a ser o ponto primordial de gestão do território.

Santos (1994) ainda fala sobre a cidade citando seus aspectos mais importantes:

À cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores, superpõe-se essa nova cidade moderna seletiva, cidade técnico-científica-informacional, cheia das intencionalidades do novo modo de produzir, criada, na superfície e no subsolo, nos objetos visíveis e nas infra-estruturas, ao sabor das exigências sempre renovadas da ciência e da tecnologia. Espaço minoritário dentro da aglomeração, espaço não dominante do ponto de vista da extensão, é, todavia, o espaço dominador dos processos econômicos e políticos, cuja lógica implacável se sobrepõe e comanda a dos demais subespaços quantitativamente dominantes na paisagem, mas qualitativamente subordinados quanto às funções (SANTOS, 1994, p. 37).

Atualmente, para definir cidade, vários critérios são utilizados, que variam de país para país, mas que abrigam em si o tamanho geográfico como resposta mais comum na maioria deles, como para a Organização das Nações Unidas (ONU) que considera cidade uma área urbanizada com mais de 20.000 habitantes. Esse tipo afirmação conceitual internacional de cidade é perigosa, pelo fato de entre as cidades consideradas pequenas encontram-se outras cidades que se mostram características e funções diversas. Para o Brasil, com disparidades de realidades, esse tipo de classificação seria bem inadequado, pois se devem levar em conta outros critérios de análise que não sejam apenas quantitativos, considerando toda sua dinâmica complexa.

No âmbito do fenômeno urbano há também as pequenas cidades, e é preciso pensá-las em seus papéis na rede urbana, não visando uma rigidez hierárquica, mas considerando as especificidades apresentadas por esses pequenos núcleos na formação e no desenvolvimento urbano do país. Ou seja, para compreender melhor a rede urbana no Brasil, sendo em escala nacional, ou regional, se deve levar em consideração as pequenas cidades e sua articulação com outras cidades e redes mais amplas

Seguindo essa lógica, é preciso lembrar que, a partir de 1950, com a expansão e desenvolvimento territorial e político do Brasil, muitos novos municípios foram surgindo e outros sendo desmembrados, aumentando, conseqüentemente, o número de cidades de pequeno porte e as discussões sobre a definição de cidade pequena também são indefinidas, não havendo um consenso acadêmico a respeito do assunto. Sobre essa dificuldade de se entender a pequena cidade, pensando que nenhuma cidade está isolada nela mesma, Santos (SANTOS, 2012, p.13) argumenta que “quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno”.

De acordo com as estatísticas internacionais é possível estabelecer um marco de 20.000 habitantes para classificar cidade pequena, porém, só a partir de certo estágio de desenvolvimento e dinamismo que a cidade se define (SANTOS, 1981, p.15). Os geógrafos não podem negligenciar o estudo dessas cidades, pois recorrendo aos dados do estudo sobre a Região de Influência das Cidades, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007, p.9), nota-se que dos 4.625 municípios estudados de 5.564 municípios existentes no Brasil, cerca de 85% possuem população inferior a 20.000 habitantes, e dos 246 municípios goianos, cerca de 73% também constitui esse quadro. No estado de Goiás dos 246 municípios 202 possuem até 20.000 habitantes, ou seja, mais de 80% dos municípios goianos é composto de pequenas cidades, de acordo com esse método de análise.

Em muitos trabalhos criados é possível constatar apenas um recorte espacial delimitado e o tamanho demográfico como análise, não havendo uma discussão aprofundada sobre a definição de pequena cidade, ignorando toda complexidade que a rodeia. Não seria possível entender as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, sendo as pequenas cidades a grande maioria no Brasil e estão na base da rede urbana. Considerando a cidade apenas através do número de habitantes corre-se o perigo de generalizações, pois cada uma tem seu plano funcional, como um fenômeno qualitativo e apresentando características morfológicas próprias.

Para entender melhor uma cidade pequena deve-se levar em consideração não só seu porte, mas sim sua relação com outras cidades na rede urbana e sua importância dentro da hierarquia de cidades. Ou seja, é necessário compreender a cidade pequena estando sua apreciação direcionada a análise de sua inserção na rede urbana. Nesse contexto, Soares (2002) acrescenta que:

As pequenas cidades na atualidade também são servidas de serviços públicos, comércio e serviços, capital, informações, transporte entre outros, que vão atender as exigências locais e de seu entorno (o campo agora modernizado, e as vilas). São essas pequenas cidades denominadas “cidades locais.” (SOARES, 2002, p. 53)

Santos explica que “poderíamos definir cidade local como a aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função essa que implica uma vida de relações” e que “tem por fundamento um critério funcional: a cidade local é um

organismo urbano que atende às necessidades primárias e imediatas das populações locais” (SANTOS, 1982, p.70). Castilho (2007, p.05), seguindo o conceito acima, acrescenta que cidade local é “aquela que atende, interage, interfere e exerce função apenas no seu raio próximo ou em seu entorno imediato”.

É impossível, em tempos atuais de desenvolvimento da sociedade capitalista, estudar uma cidade por si só, pois as localidades centrais estão articuladas em um sistema de redes. Nenhuma cidade está isolada nela mesma, pois sempre haverá dependências, e toda essa relação existente entre as cidades e chamamos de rede urbana. A cidade compõe-se como o espaço da globalização, no qual é possível perceber a intensificação de trocas comerciais e um crescente movimento populacional, que torna o território e a sociedade mais articulada e funcional. E toda essa intensificação do fluxo produtivo entre as cidades, produziu novos arranjos na rede urbana, bem mais complexos e que estão sempre se reorganizando. Sendo assim, os centros locais são numerosos e, também, mantêm relações interurbanas com as demais cidades do seu entorno e com as mais distantes, sendo importantes na composição da rede urbana.

Para Corrêa (1994, p.48) “a rede urbana constitui-se simultaneamente em reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho”, onde a cada centro é atribuído uma função específica nesse sistema, formando, assim, diferenciações entre os centros. Também, conforme Corrêa (1989, p.61), é possível entender rede urbana como “o conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente”.

Alguns centros se destacam perante outros, devido suas capacidades de produção, distribuição e acumulação, formando uma hierarquia urbana. E, uma pequena ou média cidade só é conceituada como tal após compreenderem-se suas relações com outros centros na rede urbana e sua posição de importância na hierarquia de cidade, sofrendo essas uma influência direta das metrópoles.

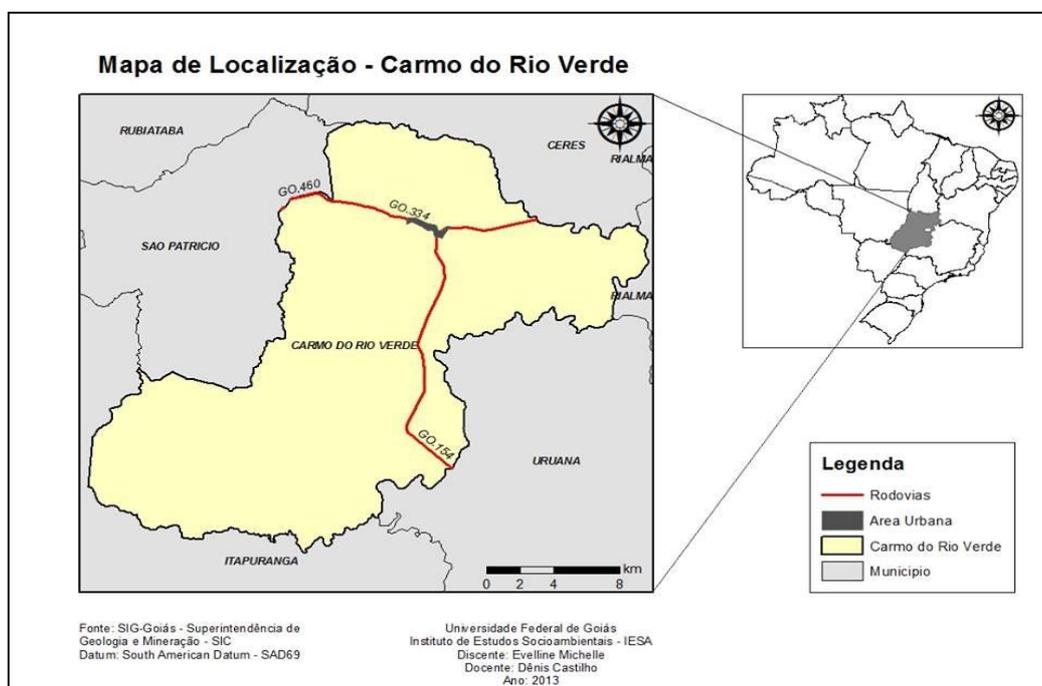
Para Santos (1997, p.32), entende-se por uma rede urbana impactada pela globalização, no qual cada centro dessa rede, por menor que seja, participa de um ou mais circuitos espaciais, produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que circulam por mediação de grandes ou pequenas corporações globais; defendendo a cidade local como aquela encontrada em um nível inferior comparada aos perfis das demais cidades, mas não menos importante.

A rede urbana, portanto, se constitui como um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados, onde toda essa conexão e interação instantânea entre vários pontos do planeta, causadas pelo aumento na velocidade dos fluxos materiais e imateriais, revitalizam a rede urbana

contemporânea em várias escalas, fazendo as fronteiras e distâncias perderem tamanha relevância. E a pequena cidade conta com a possibilidade de se inserir “na rede urbana globalizada por intermédio de atividades que lhe forneçam identidade funcional, afirmando, em outra escala, seu caráter de lugar”, afirmando Corrêa (1999, p.51). Há, no entanto, uma aproximação das pequenas cidades com os grandes centros, através do “encurtamento” das distâncias temporais e espaciais. Sendo assim, optou-se neste trabalho, no sentido quantitativo do termo, pela utilização de “pequena cidade”, entendendo-as como centros urbanos de pequeno porte, não deixando de lado sua função e seu poder de atuação – gestão do território - na rede urbana.

### A formação territorial de Carmo do Rio Verde

Carmo do Rio Verde situa-se na Mesorregião do Centro Goiano e na Microrregião de Ceres, no estado de Goiás. Como mostra a figura 01, faz fronteira com Ceres, Itapuranga, Rialma, São Patrício e Uruana. É um município com cidade de pequeno porte, encontrado a 168 km da capital goiana, e que, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), compreende uma área de 418,544 km<sup>2</sup> de extensão territorial e população equivalente a 8.928 habitantes (2010), em sua maioria urbana (79%).



**Figura 01** – Localização de Carmo do Rio Verde - GO

Encravado na mata virgem do vale do rio São Patrício, na fértil (antiga) Região do Mato Grosso Goiano, com o desbravamento de bandeirantes deste Centro-Oeste brasileiro, surgiu, em

1939, à margem do rio Verde, o patrimônio de Carmo do Rio Verde, mas que era apenas um pequeno povoado e que ainda não tinha esse nome. De acordo com Yrmão (2003, p. 29), o local onde hoje é Carmo do Rio Verde se formou junto à do contexto de criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – a CANG, da qual foi sede provisória no início da colonização, levando em consideração sua topografia plana, que seria bem mais viável em termos econômicos e urbanísticos, e seu solo fértil, formado por latossolos. O objetivo do então presidente da República Getúlio Vargas no povoamento e ocupação desta região estava na esperança de explorá-la economicamente.

Ainda, conforme Yrmão (2003, p.30), à margem do Rio Verde já residiam duas famílias que se destacaram na história do município: a do Sr. Alexandre José Pinto, o verdadeiro fundador da cidade, que doou, em 1940, terras de sua Fazenda Rio Verde para que nela fossem edificadas as primeiras casas e instalando ali o primeiro armazém comercial, na tentativa de atender a demanda da Colônia; e a de Dona Ana Laureano Cardoso, que ajudou formar o topônimo da cidade – Carmo do Rio Verde, em homenagem à padroeira da cidade Nossa Senhora do Carmo e, também, como lembrança ao rio que banha a região – os primeiros carmorioverdinos.

No começo, para atender as necessidades das pessoas do povoado, onde a vida era simples e rude, com casas humildes e de poucas estradas abertas, abasteciam-se de gêneros alimentícios em Jaraguá, mercadorias essas transportadas em carros de boi, lombos de burros e cavalos via Uruana. Mais tarde, em 1941, houve a transferência da sede da CANG para Ceres, e o patrimônio de Carmo do Rio Verde já contava com 10 casas, incluindo as comerciais e de produtos farmacêuticos.

Através de dados obtidos na cartilha da Paróquia Nossa Senhora do Carmo (2011), pode se dizer que a semente da cidade de Carmo do Rio Verde foi em primeiro momento a construção de um cruzeiro, em 12 de maio de 1940, e a criação de uma humilde capela, com as visitas anuais do frei Simão acompanhado do frei Alberto Bartalon, incentivando a afluência de pioneiros e fiéis àquele pequeno lugarejo. As pessoas que viviam no povoado de Carmo do Rio Verde na década de 40 participavam de festejos religiosos nas cidades de Jaraguá, Uruana e Cidade de Goiás, depois, com a construção da capela, passaram a receber visitas importantes para a fé das pessoas que lá viviam. Visitas estas que contribuíram bastante para alimentar o desenvolvimento do povoado. Tanto o cruzeiro quanto a capela encontram-se até hoje na Praça da Matriz, que possui o nome do fundador da cidade: Praça Alexandre José Pinto.

Como o povoado de Carmo do Rio Verde ficava poucos quilômetros da sede da CANG (hoje Ceres), que era largamente divulgada pela imprensa por suas terras férteis levando esperança econômica para muita gente, acabou se privilegiando com a vinda de novos habitantes e de desenvolvimento estruturais na cidade, em evidência para demolição da humilde capela para a construção de uma igreja maior, em 1946.

Segundo o IBGE (2010), o crescimento do povoado em 04 de outubro de 1948 permitiu sua elevação à categoria de distrito, pela Lei nº 20, instalando-se em 19 de janeiro de 1949, proporcionando-lhe maior divulgação e, conseqüentemente, desenvolvimento. Neste mesmo ano foi instalado em Carmo do Rio Verde o primeiro Cartório Civil e anexos, e os Postos Fiscais estadual e municipal. O então distrito foi emancipado à município, conseguindo sua maioria administrativa, pela Lei nº 706, de 14 de novembro de 1952, apoiado pelo deputado estadual Gérson de Castro Costa.

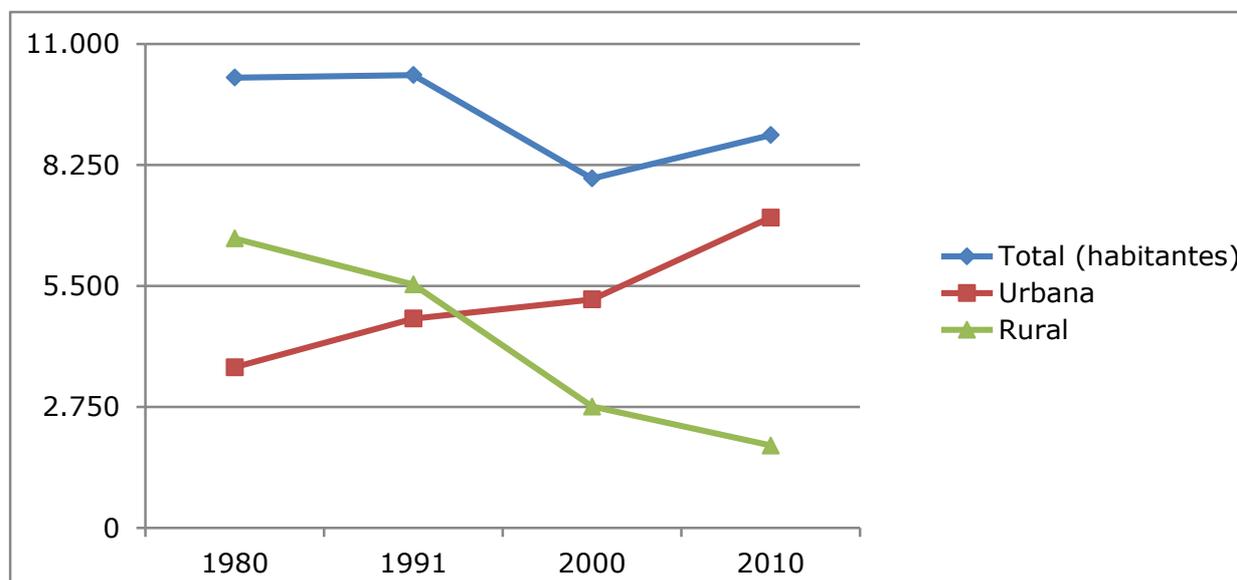
A partir de dados acompanhados pela obra de Yrmão (2003, p.106), a década de 1950 em Carmo do Rio Verde foi marcada por uma busca de aprimoramentos estruturais a fim de desenvolver-se mais, reforçando suas relações, principalmente comerciais, com as outras cidades. Naquela ocasião, por exemplo, uma estrada foi construída, em 1955, para se chegar até Ceres, na qual só era possível por uma carreira entre a mata, e que quando chovia apresentava desafio grande de percurso. Houve, acompanhando esse mesmo contexto, a construção da estrada Carmo do Rio Verde – Carmo do Cedro (1956/57), antiga Piçarra; em 1958, construiu-se a estrada Carmo do Rio Verde – Diolândia, no mesmo leito que até hoje se encontra, e, também, o início da construção da rede elétrica da Cia. Hidrelétrica do Vale de São Patrício (Chesp), de Ceres a Carmo do Rio Verde, que foi concluída apenas em 1959.

No período de 1956/57 foi edificada no município a antiga ponte de madeira, onde o piso era de pranchões coberto de terra, com recursos financeiros obtidos junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas (atualmente, dos Transportes), mas que foi levada por uma enorme enchente do rio Verde, em 1980. Para substituí-la, o prefeito Sebastião Lourenço, em meados de 1982, construiu a de cimento a 40 metros abaixo do local em que está à antiga, com 70 metros de extensão, e que existe até hoje. A construção da ponte foi muito importante, pois facilitou o deslocamento das pessoas do município, sendo a única via de se cruzar o rio, ligando a Parte Alta da Parte Baixa de Carmo do Rio Verde - como são chamadas pelos moradores.

De acordo com a biblioteca do IBGE (2010), no período que percorre os anos de 1988 e 1995 o município era constituído de dois distritos: Carmo do Rio Verde e Vila São Patrício, porém o distrito de Vila São Patrício, pela lei estadual nº 12803, de 27-12-1995, foi elevado à categoria de município – São Patrício.

No processo de formação do município de Carmo do Rio Verde a população rural era muito mais expressiva em tamanho do que a população urbana, devido, entre outros fatores, ao projeto da colônia agrícola. No decorrer das décadas de 1970 e 1980 chama a atenção para o fato do crescimento da população urbana sobre a rural. De acordo com dados do IBGE, exposto na figura 02, é possível observar que na década de 1980 a população total de Carmo do Rio Verde, que era de 10.133 habitantes, mantém até 1990 e decai até 2010 (ultimo censo realizado), para 8.928

habitantes, apresentando uma inversão entre a população urbana e a rural, em meados da década de 1990. Esse fato demonstra que a perda de população total do município está relacionada à perda da população rural.



**Figura 02** - Evolução populacional do município de Carmo do Rio Verde - GO (1970-2010)  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A agropecuária com 30,71% no município representa apenas 30,61% do Produto Interno Bruto (PIB), seguido da atividade industrial e dos serviços, que representa o maior montante, com 38,68%. Desde sua formação, a base da produção agrícola de Carmo do Rio Verde sempre foi pouco diversificada, apresentando principalmente a produção de arroz, laranja, melancia, mandioca, milho, tomate e feijão. Atualmente o setor econômico da cidade passa por uma transformação, especialmente pela expansão da atividade sucroalcooleira.

A compreensão do município de Carmo do Rio Verde nos leva a considerar a sua formação, mas também o modo como esse município se relaciona com outros municípios e localidades. Corrêa (2006, p. 280), por exemplo, defende que rede urbana e forma espacial, juntamente à periodização da rede urbana, se relacionam por completo, pois “a cidade e a rede urbana, em razão da fixidez e da refuncionalização, tendem a exibir padrões de forma que contêm, ao menos parcialmente, fortes elementos gerados na formação espacial” por isso sendo relações intensamente complexas.

### **Carmo de Rio Verde no contexto da rede urbana**

Com as transformações socioeconômicas decorrentes do aumento populacional na área urbana e as novas atividades econômicas, foi possível notar que a configuração do espaço e suas relações com os demais centros também se modificaram. No entanto, é necessário entender os

processos de produção e as principais atividades econômicas de Carmo do Rio Verde para compreender sua posição na rede urbana.

Para compreender melhor o território de Carmo do Rio Verde devem-se analisar as relações que os sujeitos possuem com o município, a exemplo do trabalho, do modo como vivem e estabelecem vínculos com o local. Também é necessário considerar o comércio local, as atividades econômicas desenvolvidas no campo assim como as indústrias e instituições públicas.

A infraestrutura econômica de Carmo do Rio Verde é formada basicamente por serviços e produtos básicos (rotineiros), voltados a atender as necessidades dos habitantes do próprio município. Certos serviços mais especializados não são encontrados no município, forçando os moradores a procurarem em outras cidades que possuem oferta desses serviços, a exemplo de Ceres e, no caso dos serviços mais qualificados, Goiânia.

De acordo com o censo do IBGE (2006), em Carmo do Rio Verde existiam 540 estabelecimentos agropecuários, compondo uma área de 29.640 hectares, referindo-se a lavouras permanentes (88 unidades/ 313 hectares), a lavouras temporárias (576 unidades/ 4.025 hectares) e a pastagens (522 unidades/ 22.279), conseguindo ocupar um total de 2.043 pessoas. Veja os dados da agricultura na tabela 1 e da pecuária na tabela 2.

**Tabela 1** – Carmo do Rio Verde : produção agrícola (2012)

Produtos	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)
Arroz	580	580	1.299
Banana	500	500	5.000
Cana-de-açúcar	7.292	7.292	490.605
Feijão	60	60	108
Mandioca	100	100	1.500
Maracujá	200	200	5.000
Melancia	420	420	12.600
Milho	1.200	1.200	5.796

Fonte: SEPLAN/IBGE

**Tabela 2** – Carmo do Rio Verde: efetivo da pecuária (2012)

Aves (cab)	21.000
Asininos (cab)	15
Bovinos (cab)	37.000
Bubalinos (cab)	110
Caprinos (cab)	160
Equinos (cab)	900
Muões (cab)	50
Ovinos (cab)	200
Suínos (cab)	3.300
Vacas ordenhadas (cab)	6.300
Prod. de leite (mil L)	6.930
Prod. Ovos (mil dz)	30

Fonte: SEPLAN/IBGE

A maioria da produção agropecuária de Carmo do Rio Verde aparece em pequenas propriedades, apesar de grande parte das lavouras estarem sendo substituídas pela cana-de-açúcar. Um percentual significativo da produção é destinado às feiras que acontecem na própria cidade e os outros produtos vão para cidades próximas, como Uruana, Ceres, Rialma, também para Goiânia, Anápolis, e, em alguns casos, para outros Estados.

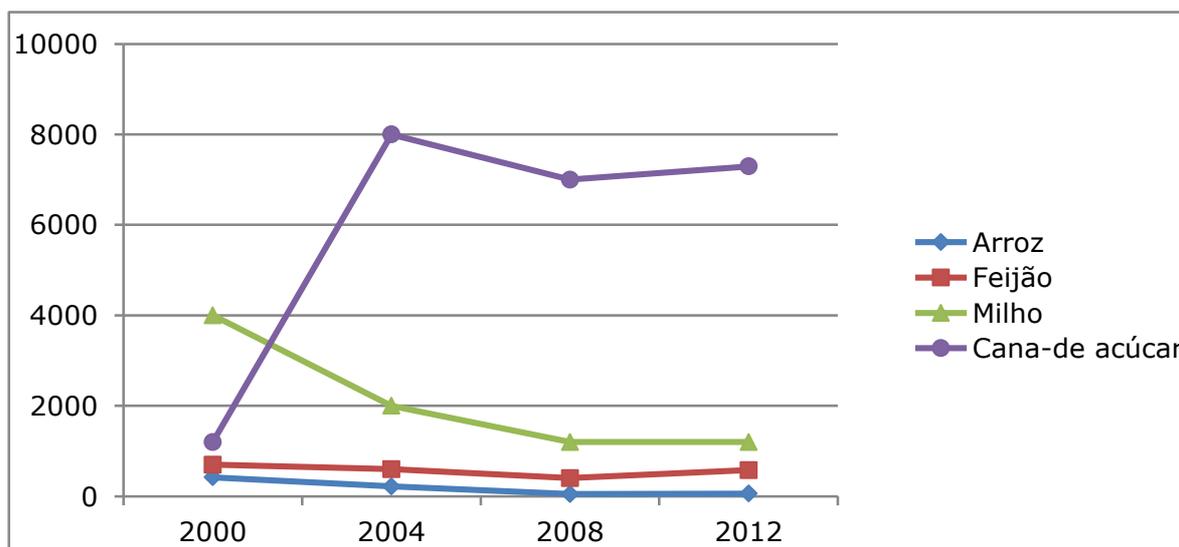
É notório, também, o aumento da presença da utilização de técnicas tanto na agricultura quanto na pecuária, como a irrigação moderna, a colheita mecanizada, na produção de leite em ordenha mecânica, etc. representando novos modelos de produção no campo em Carmo do Rio Verde, indicando uma confluência entre elementos da modernização e daqueles mais tradicionais provenientes de ocupações anteriores.

Além da agropecuária, atividades como a agroindústria, a confecção, a cerâmica e o comércio em geral movimentam a econômica do município de Carmo do Rio Verde. Porém, os setores que mais geram empregos e rendas são da indústria canavieira e de algodão, comandados pelas empresas CRV Industrial Ltda, com a produção de álcool e açúcar, e Biotêxtil Ltda, ligada a produção de gaze hospitalar (IBGE, 2010).

A CRV Industrial Ltda é a maior indústria do município. Criada em 1984 com o nome de Cooperativa Agroalcoól de Carmo do Rio Verde - Coave, em 2001 passou a ter o nome atual quando foi bastante ampliada. Empresários visualizaram um potencial agrícola nos solos férteis do município, aproveitando os incentivos governamentais para atração agroindustrial

sucroalcooleiras na região e investindo, assim, em produção, inovação e ampliação de mão-de-obra a fim de otimizar a atividade. Segundo dados do site do INPE de monitoramento da cana-de-açúcar via satélite – CANASAT, em 2003 o total de hectares disponível para colheita foi de 3.230. Já em 2013 saltou para 7.679 hectares. Pode se dizer que a produção sucroalcooleira está interferindo diretamente na produção de outros tipos de alimentos, como por exemplo, o arroz, o feijão e o milho.

Até a década de 2000, o milho era a principal cultura do município, produzindo mais de 16.000 toneladas ao ano, com uma área colhida que chegava a 4.000 hectares, e que foi reduzido para uma produção de 5.796 toneladas, para uma área plantada de 1.200 hectares, em 2012, de acordo com dados do IBGE. Essa mesma relação de diminuição da área plantada acompanhada pela queda na produção, aconteceu, também, com outros produtos, a exemplo do feijão, que já teve destaque na produção agrícola do município (figura 03).



**Figura 03** – Carmo do Rio Verde - GO: Área plantada das principais culturas entre os anos de 2000 e 2012 (há)  
Fonte: IBGE (2010)

O gráfico nos permite afirmar que o aumento exponencial da área de produção de cana-de-açúcar no município vem sendo acompanhada por uma diminuição da produção de outros produtos, o que certamente interfere na diversidade socioeconômica do município como um todo. Apesar do montante de capital gerado pela usina de álcool ser maior que o montante de pequenas propriedades rurais, grande parte é escoado para outras cidades, especialmente para aquelas onde as sedes empresariais estão instaladas. Além disso, também se verifica, não somente em Carmo do Rio Verde, mas em grande parte de cidades pequenas onde há a presença de uma indústria de grande porte, uma forte dependência da cidade em relação à indústria. Um reflexo da divisão territorial do trabalho, sendo que apenas uma única empresa detém expressivo controle e poder

sobre tal divisão. Ocorre, assim, que a política e o poder local, dentre outros, se tornam reféns dos interesses daqueles que comandam essas indústrias.

Com isso, percebe-se o poder e o controle exercido pela CRV Industrial no município de Carmo do Rio Verde, no sentido da total prevalência da monocultura de cana-de-açúcar que substituiu outras culturas importantes, o que coloca em questão não somente a diversidade de alimentos produzidos, mas também da própria diversidade socioeconômica. Do mesmo modo é importante mencionar que grande parte dos trabalhadores e do capital que circula na cidade é oriunda das atividades da usina, tornando o trabalho refém das diretrizes e interesses dessa empresa. Isso favorece, por exemplo, o aumento da exploração do trabalhador.

Apesar do crescimento da produção de etanol e açúcar, do ponto de vista da posição que a cidade ocupa na rede urbana, não se verifica grandes alterações nas últimas décadas. Isso pode ser verificado nos dois últimos REGICs – Região de Influência das Cidades, produzidos pelo IBGE (1993 e 2007).

No ano de 1993, Carmo do Rio Verde aparecia na hierarquia urbana como uma cidade Centro Local, que representava, naquele ano, a posição mais inferior da rede urbana, estando polarizada por Ceres, Anápolis e Goiânia, as quais eram classificadas como Centro Sub-Regional, Capital Regional e Metrópole Regional, respectivamente.

No ano de 2007 a metodologia do REGIC foi ampliada. Além disso, se na classificação de 1993 eram consideradas cinco tipos de cidades, no ano de 2007 foram consideradas nove tipos. O estudo do REGIC integra um conjunto de pesquisas do IBGE, com base na análise dos fluxos entre cidades brasileiras para acessos e funções determinadas, porque define as centralidades urbanas como decorrentes do papel de distribuição de bens e serviços para a população.

O Regic de 1993 apresentava a hierarquia urbana brasileira classificada em: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-regionais, Centros de Zona e Centros Locais. Foram definidos oito níveis de centralidades: máximo (Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.

O estudo focava o papel das redes para viabilizar a circulação e a comunicação, fundamentais para a organização de um espaço onde os elementos fixos interagem pelo intercâmbio de fluxos. Ressaltava os diferentes níveis, intensidade e sentidos dos fluxos, sendo o espaço perpassado por redes desiguais e simultâneas, cujas ligações são utilizadas de maneiras distintas pelos vários agentes sociais. A rede de lugares centrais seria, então, um dos possíveis desenhos das redes geográficas (IBGE, 2008, p.131).

A pesquisa de 2007 retoma a concepção dos primeiros estudos, estabelecendo uma classificação dos centros e a delimitação de suas áreas de influência. Classifica os municípios do Brasil em:

- **Metrópoles:** no qual agregam os 12 principais centros urbanos do país, todos de grande porte, com fortes relacionamentos entre si, com extensa área de influência direta. Segundo a extensão territorial e a intensidade dessas relações, dividem-se em três subníveis: a Grande Metrópole Nacional (representando exclusivamente ACP de São Paulo, considerado o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e acolocado no primeiro nível de gestão territorial), Metrôpoles Nacionais (representada pelas ACPs do Rio de Janeiro e de Brasília, as quais reúnem, respectivamente, 11,8 e 3,2 milhões de habitantes em 2007, ambas no primeiro nível da gestão territorial); e as Metrôpoles (representada pelas ACPs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte) e constituindo o segundo nível da gestão territorial – exceto Goiânia e Manaus, que se inserem no terceiro nível da gestão territorial, mas "têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto". (IBGE, 2008, p.11)).
- **Capitais Regionais:** integra 70 centros que, "como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios" (p.11), subdividindo-se em A, B e C.
- **Centros Sub-regionais:** composto por 169 centros com atividades de gestão menos complexas, com área de atuação mais reduzida e relacionamentos com centros externos à sua própria rede ocorrendo, em geral, apenas com as três Metrôpoles Nacionais. Também se subdividem em: Centro Sub-regional A (85 cidades) e Centro Sub-regional B (79 cidades).
- **Centros de Zona:** é um nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. Subdivide-se em Centros de Zona A, com 192 cidades, e B, com 364 cidades.
- **Centros Locais:** formado pelas demais 4.473 cidades, cujas centralidades e atuações não extrapolam os limites do município, servindo apenas aos próprios habitantes, possuindo população inferior a 10.000 habitantes.

Metrópole	Capital Regional A	Capital Regional B	Capital Regional C	Centro SubRegional A	Centro SubRegional B	Centro de Zona A	Centro de Zona B	Centro Local
								Carmo do Rio Verde Guarinos Nova Glória Pilar de Goiás Rianápolis Santa Isabel São Patrício
								Rubiataba Ipiranga de Goiás Morro Agudo Nova América

The diagram shows a horizontal arrow pointing from 'Ceres' (located in the 'Centro de Zona B' column) to 'Goiânia' (located in the 'Metrópole' column). A vertical arrow points from 'Rubiataba' (located in the 'Centro de Zona B' column) up to 'Ceres', and then a horizontal arrow points from 'Ceres' to 'Goiânia'.

**Figura 04** – Quadro de Nível de Centralidade de Carmo do Rio Verde - GO.  
Fonte: REGIC (2007)

Para chegar aos resultados do estudo das Regiões de Influências de Cidades (REGIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), sobre os níveis de centralidade na rede urbana, realizou-se o levantamento de dados para o estudo da rede urbana, a partir da aplicação de questionários que fizeram uma investigação sobre os fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, complementando com um amplo conjunto de dados secundários e registros administrativos de órgãos federais (Executivo e Judiciário) e de empresas privadas preocupando-se com a delimitação das regiões de influências associadas, dentro da nova hierarquia dos centros urbanos.

Segundo o IBGE (2008, p.8),

a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades.

Pretendeu-se desenhar a rede para, a partir dela, explorar os padrões de relacionamentos, pois após essa demarcação é possível à gestão pública e empresarial estabelecerem relações de controle e comando entre centros urbanos – gestão do território – para depois identificar os centros, que foram definidas as suas regiões de influência, com base nas redes de interação que conectam as cidades. Sendo que a hierarquia dos centros urbanos levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais.

Embora genérica, o Regic é um importante documento e permite certas aproximações. Apesar de centro-local, Carmo do Rio Verde exerce influência não apenas em seu município, como



Isto é, em geral a movimentação na paisagem de Carmo do Rio Verde é típica de uma cidade local. Não há, por exemplo, congestionamentos de automóveis e muito menos filas rotineiras nos centros de serviços públicos e privados.

O centro comercial da cidade é representado por uma dinâmica diária maior na Avenida Goiás com a Rua Anestar Clemente, na Avenida dos Reis e na Rua Nossa Senhora do Carmo, e nessas principais vias da cidade pode-se encontrar o maior fluxo de estabelecimentos comerciais, postos bancários, o lago, praça, escolas e etc. A paisagem da cidade é formada em grande parte por bairros residenciais, ruas com pouco movimento e por um comércio constituído por estabelecimentos que ofertam produtos e serviços mais rotineiros, a exemplo de mercados, açougues, frutarias, lotéricas, lojas, casas agropecuárias, lanchonetes, pamonharias etc. Dos serviços mais qualificados, podemos citar agências bancárias (Banco do Brasil e Bradesco), clínicas odontológicas e veterinárias etc.



**Figura 06** – Vista da Ponte do Rio Verde e no fundo a Avenida Nossa Senhora do Carmo.

Fonte: Fotografia da autora (2013)

Os serviços e produtos disponibilizados na cidade de Carmo do Rio Verde, portanto, são frutos da formação do município, da atuação dos atores sociais locais, mas também do modo como a cidade se posiciona na rede urbana. Satisfazer as necessidades básicas e rotineiras da população local, portanto, condiz com o perfil de cidade centro local apontado pelo Regic e também com o conceito de cidade local apontado por Santos (1979).

Como dito anteriormente, as classificações geralmente nos levam a generalizações, mas também nos ajudam a entender um município para além de seus limites e fronteiras. Possibilita-nos, por exemplo, entender não apenas a sua posição na região, mas também a divisão territorial do trabalho. As pequenas cidades, nesse sentido, precisam ser analisadas e compreendidas considerando não apenas suas formas, mas também suas funções e posições no contexto da rede

urbana. É por isso que, ao compreendê-las para além de suas formas, elas deixam de serem apenas cidades pequenas, mas também locais porque por essa via nos aproximamos da compreensão de seus processos.

### **Considerações finais**

O exposto neste trabalho leva-nos a refletir sobre as diferenças e os papéis das pequenas cidades na rede urbana. Cidades essas que, em termos quantitativos, são a maioria no Estado de Goiás e também no Brasil. A inserção da temática pequena cidade no meio acadêmico não é, em si, efetivamente recente, porém são poucos os estudos sobre esses espaços “não-metropolitanos”. Tendo em vista a expressiva quantidade de cidades pequenas no cenário mundial e as dinâmicas regionais existentes, julga-se necessário a realização de mais estudos sobre a temática, atendendo a produção geográfica da realidade urbana brasileira.

Com a explosão do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional e o processo de crescimento da vida urbana, a imagem de cidade pacata, homogênea, simplória, etc., perde total sentido em tempos atuais, percebendo que as cidades de pequeno porte também foram apropriadas pelo capitalismo em expansão. Nota-se que o fenômeno urbano não é restrito às grandes metrópoles, pois as cidades menores e interioranas ou ainda as cidades locais também são resultados do mesmo. Além disso, mesmo possuindo população, comércio e capacidade produtiva menor que as grandes metrópoles, não deixam de estar inseridas no processo de modernização.

O município de Carmo do Rio Verde foi escolhido no intuito de contribuir para a abordagem dessa temática sobre a inserção das pequenas cidades na rede urbana, como um município que foi refuncionalizado pela divisão territorial do trabalho, pela demanda e atuação dos grupos locais em regional e nacional. No entanto, a partir de uma análise teórica da história e do desenvolvimento econômico e social do município, o presente trabalho analisou a dinâmica socioespacial do mesmo no contexto da rede urbana

A atividade sucroalcooleira da indústria CRV trouxe transformações sociais, políticas, econômicas e, também, espaciais, para o município de Carmo do Rio Verde, sendo a atividade econômica que capta o maior número de trabalhadores e, conseqüentemente, de mais valia da região. Essa produção de álcool combustível (etanol) e açúcar articulam o campo e a cidade, uma vez que o campo ficou submetido ao empreendimento e parte significativa dos trabalhadores da cidade foi apropriada para a produção. Não deixando de considerar, com isso, que grande parte do capital excedente da produção dessa indústria é drenado para fora do município, deixando de

colaborar tão efetivamente para o maior investimento e desenvolvimento das questões recorrentes aos moradores locais.

Ao analisar sua dinâmica foi possível perceber que ela apresenta muitas contradições e problemas, sendo muito mais complexa que se imagina em primeira instância, e que não são apenas de hoje. Deste modo, as cidades classificadas como pequenas e/ou locais apresentam diferenças que vão além de seu tamanho demográfico e, por isso, é muito importante conhecer a inserção na rede urbana e o estabelecimento da divisão territorial do trabalho desses espaços, sendo o primeiro passo para a criação de estratégias e de ações, até mesmo de políticas públicas voltadas para este patamar do urbano no Brasil.

---

#### **Dynamics of territorial Carmo do Rio Verde-Go in the context of urban network**

**Abstract:** When reflecting about the incredible diverse nature of Brazilian cities, it is easy to realize that the urban phenomena is more common than you'd think. Thus, the focus of this project is the urban areas outside of the metropolitan group, which make up the majority of the cities in Brazil, discussing and researching about the small cities and analyzing Carmo do Rio Verde in Goiás' center's urban network's context. The main goal of this assignment was to observe and analyze the process of production of space in Carmo do Rio Verde and understand its place in the urban network, while showing its sociospatial implications. Furthermore, through the analysis of demographic, economic and social aspects, the research intended to delineate the urban aspects of the town in question demonstrating its spatial dynamic and its main economic activities, through socioeconomic indicators associated and articulated with the urban dynamic. With that, the analysis of the production and organization process of this space provided the explanation for this local city, testifying for its importance in the urban network. It should be taken into account for all of its historical and spatial dynamic, highlighting its social factors of production, even though it is a small city and it has restricted urban functions.

**Keywords:** Carmo do Rio Verde. Urban Network. Local City. Small city.

---

#### **Referências**

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões**. In: SPÓSITO, M. E. B. *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.359-367.

CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. **Globalização e reestruturação da rede urbana - Uma nota sobre as pequenas cidades**. Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

CASTILHO, D. **Tempo do Espaço, tempo da vida: Uma leitura socioespacial de Heitoraf**. Goiânia: Ellos, 2007.

HARVEY, D. **A produção capitalista no espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MEDEIROS, Dhiego Antonio de ; CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de . **A Propósito da 'revanche' das cidades de pequeno porte na geografia urbana brasileira - notas preliminares**. In: **I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local e XVII Semana de Geografia**,

2008, Maringá. ANAIS I Simpósio sobre pequenas cidade e desenvolvimento local; XVII SEMANA DA GEOGRAFIA, 2008

REGIC. **Região de Influência das Cidades**. IBGE, 2007.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. 1ª reimp. – São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. Trad. A. D. Erdens, M.A. Silva, São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, M. J. L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

---

#### SOBRE OS AUTORES

**Evelline Michelle Vieira Costa** – Graduada em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

---

Recebido para publicação em outubro de 2015.

Aprovado para publicação em novembro de 2015.